



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE DIREITO  
DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

## ATA DE SELEÇÃO DE MONITORIA DE PRÁTICA JURÍDICA CÍVEL II

Aos 13 dias de março de 2026, sexta-feira, às 15:00h, conforme ajustado com as concorrentes, realizou-se pelo Prof. Dr. Francisco Bertino Bezerra de Carvalho, em ambiente virtual, a seleção de monitoria da disciplina Prática Jurídica Cível II. O processo seletivo público iniciou-se às 15:00h e foi concluído às 16:00h, em ambiente virtual, por meio da Plataforma Meet, no endereço <https://meet.google.com/upn-jkkw-erk>. As candidatas presentes foram: Annara Souza Cardoso (matrícula nº 221217-169), Lara Nunes Barbosa Nogueira (matrícula nº 222117-192) e Vitória Maria Bezerra da Silva Guerra Leite (matrícula nº 223115-331). A ordem de realização das provas e os temas foram definidos por sorteio. Para definir a sequência de apresentação, com as três candidatas presentes, cada uma deu o comando de interrupção do cronômetro recebendo um número correspondente ao centésimo de segundo que definiria, as candidatas pelo critério da ordenação crescente. Para a candidata Annara Souza Cardoso, o número foi 91, para a candidata Lara Nunes Barbosa Nogueira, o número foi 93 e para a candidata Vitória Maria Bezerra da Silva Guerra Leite, o número foi 76. Definida a ordem de apresentação, as três candidatas assistiram a definição do tema da primeira a apresentar-se, Vitória Maria Bezerra da Silva Guerra Leite, que sorteou o terceiro tema – decisões judiciais. Após o sorteio, conforme regras do edital, as duas concorrentes se desconectaram. A primeira candidata, **Vitória Maria Bezerra da Silva Guerra Leite**, em síntese apertada de sua exibição, abordou: utilizando sempre o recurso de compartilhamento do material didático na plataforma; a tipologia da decisão judicial; sua natureza como norma individual; suas características como gênero e espécie distinção entre decisões finais e interlocutórias; critérios distintivos entre decisões e atos ordinatórios; requisitos; relação com norma jurídica geral e individual; formação de precedente e relação com fundamentação; edição de norma jurídica individual e correlação com dispositivo; o sistema concentrado de formação de precedentes; mecanismo de fundamentação e derivação das normas individuais resultantes de decisões judiciais; requisitos e elementos das decisões judiciais (relatório, fundamentação e dispositivo), com ênfase na espécie sentença; conteúdo das decisões, clareza, certeza e liquidez; a relação entre decisão judicial e postulação das partes (Calmon de Passos); elementos com ênfase na congruência, tanto externa, quanto interna; a teoria dos capítulos autônomos, feixes de decisões (Fredie Didier e Paula Sarno); dever de fundamentação e matriz constitucional; a questão da decisão condicional e a liquidez (Fredie Didier e Paula



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE DIREITO  
DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

Sarno); aspectos da técnica de redação jurídica (Antônio Gidi); cumulação de pedidos; efeitos da decisão. A apresentação reuniu grande consistência teórica, fundamentação robusta, conhecimento da doutrina e uma abordagem prática focada nas características do texto jurídico de qualidade, alinhada com técnicas de especialistas que estão nas diretrizes dos órgãos jurisdicionais. A candidata revelou estar capacitada para a monitoria e vocação para a atividade. Com o fim da primeira apresentação, as demais candidatas reingressaram na sala virtual para presenciar o sorteio do próximo tema pela segunda candidata para a qual caiu também o terceiro tema – decisões judiciais. Após o sorteio, conforme regras do edital, as duas concorrentes se desconectaram. A segunda candidata a ser examinada, **Annara Souza Cardoso**, em resumo sintético de sua apresentação, tratou: da relevância da matéria, especialmente seus aspectos práticos a partir de uma pergunta (o que precisam saber?) respondida com o momento do processo, o que está acontecendo no processo; o conteúdo do fato ou da decisão, diferenciando de despacho; elementos da decisão (relatório, fundamentação e dispositivo); distinção entre decisões finais e interlocutórias; trouxe experiências do estágio no segundo grau do Tribunal de Justiça da Bahia, apresentando decisão fundamentada; trabalhou um caso prático utilizando o recurso do compartilhamento; uso e riscos do uso de IA, o caráter artesanal das decisões; exemplo com Agravo de Instrumento, com resumo do ato; a importância da subdivisão dos temas e fundamentos, apresentando método prático de elaboração de ato decisório; abordagem de precedente, inclusive quando obrigatório; importância da clareza da decisão para todos, incluindo jurisdicionados; importância do dispositivo; ir além do texto da lei na interpretação; explicou uso de precedentes, pesquisa jurisprudencial, ementas; reforçou importância da conclusão. A candidata demonstrou conhecimento de aspectos teóricos e práticos do tema e estar capacitada para a monitoria e vocação para a atividade. Com o fim da segunda apresentação, as demais candidatas reingressaram na sala virtual para presenciar o sorteio do próximo tema pela terceira candidata para a qual caiu também o terceiro tema – decisões judiciais. Após o sorteio, conforme regras do edital, as duas concorrentes se desconectaram. A terceira candidata a ser examinada, **Lara Nunes Barbosa Nogueira**, em breve síntese de sua apresentação, trouxe: sua apresentação pessoal enquanto estudante e estagiária do Tribunal de Justiça, a partir do que tratou dos princípios constitucionais da decisão judicial (CF, 93, IX); requisitos e elementos da decisão (relatório, fundamentação e dispositivo, CPC, 489); trabalhou um caso prático utilizando o recurso do compartilhamento, refazendo as etapas de elaboração de uma decisão judicial;



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE DIREITO  
DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO

reforçou dever de fundamentação; trouxe, com pertinência, jurisprudência e doutrina do tema prático trabalhado – indenização por cancelamento de voo; explicou questão de direito material de fundo no caso e natureza e alcance dos debates no plano do mérito (teses e institutos) e do direito processual (regras de incidência); apresentou uma decisão sobre o caso baseada nos argumentos e fundamentos que desenvolveu, mostrando a realização de pesquisa jurisprudencial em site especializado (JUSBRASIL), reforçando o impacto do dispositivo, que relacionou adequadamente com o pedido, focando no conteúdo conclusivo do dispositivo. A candidata também demonstrou conhecimento de aspectos teóricos e práticos do tema e estar capacitada para a monitoria e vocação para a atividade. Faz-se necessário e útil, inclusive a título de retorno às estudantes interessadas, que a seleção reuniu discentes qualificadas, habilitadas, capazes e vocacionadas à atividade de monitoria, além de conhecimentos teóricos e práticos sobre os assuntos e temas da matéria e do componente curricular, todas plenamente capazes de obter aprovação e de desenvolverem a contento as atividades programadas, de forma que o resultado reflete apenas o desempenho pessoal no dia da seleção, mas não coloca em patamares distintos os potenciais relevados por cada uma. Após a análise das apresentações, de acordo com a apreciação dos elementos objetivos e subjetivos da avaliação, o resultado foi o seguinte: em primeiro lugar, **Vitória Maria Bezerra da Silva Guerra Leite** (Matrícula nº 223115-331), com nota 9,0, em segundo lugar, **Lara Nunes Barbosa Nogueira** (Matrícula nº 222117-192), com nota 8,5 e, em terceiro lugar, **Annara Souza Cardoso** (Matrícula nº 221217-169), com nota 8,0. Dessa maneira, fica indicada como monitora bolsista a candidata **Vitória Maria Bezerra da Silva Guerra Leite** (Matrícula nº 223115-331) e, para monitoras voluntárias, se assim desejarem, as candidatas **Lara Nunes Barbosa Nogueira** (Matrícula nº 222117-192) e **Annara Souza Cardoso** (Matrícula nº 221217-169), assim como, em caso de impedimento ou desistência, das candidatas mais bem colocadas, a convocação das seguintes, por ordem de aprovação.

Salvador-Bahia, 13 de março de 2026.

Francisco Bertino Bezerra de Carvalho

Professor Associado de Direito Processual Civil e Prática Jurídica Cível da UFBA  
Pós-doutor em Direito pela USP  
Doutor em Direito pela UFBA